



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

CELIMAR MUNIZ FIGUEIREDO DE MELO

BELO HORIZONTE, 2013



UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS (UFMG)

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do curso de especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

CELIMAR MUNIZ FIGUEIREDO DE MELO

A GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 28 de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Ms. Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira– Orientador

Prof^ª. Celimar Muniz Figueiredo de Melo – Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, aos meus filhos e filha que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando em todas as etapas da minha vida. À todos os orientadores dos curso de Gestão Democrática. À Cláudia minha parceira na Direção da escola e principalmente por Deus.

RESUMO

O presente trabalho trata da Gestão Democrática e todos os seus fundamentos. A educação brasileira vem conquistando melhorias em seus serviços, mas ainda está longe de uma educação com real qualidade. O estudo tem relevância na gestão da Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira.

Palavras Chaves: Gestão democrática, escola, participação.

SUMÁRIO

Introdução	5
Desenvolvimento	6
Considerações Finais	11
Referências	12
Anexo	13

INTRODUÇÃO

A sociedade foi e é marcada por desigualdades sociais e estas desigualdades se refletem dentro da escola, apesar de inúmeros esforços de mudanças por parte do sistema educacional. Se educadores e famílias mudarem suas posturas de participação na escola é possível partirmos para uma gestão democrática.

A gestão democrática consta na LDB nº 9394-96, no seu artigo 14, onde é colocado de forma clara que é necessária a melhoria e eficiência da qualidade do sistema de educação, porém ainda há muito que se fazer para acabar com a desigualdade social, para assegurar que o aluno conclua os estudos.

Pode-se afirmar que seja possível uma mudança de paradigma somente quando todos se envolverem na escola e acreditarem que a educação é responsabilidade de todos e não somente das políticas públicas.

É sobre este tema que tratará o presente trabalho, tendo como objetivo o estudo teórico e a análise da situação da Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira, localizada em Poços de Caldas, Minas Gerais. A ênfase será nas relações humanas dentro da escola e como ela contribui para que a gestão seja participativa e como o Projeto Político Pedagógico pode dar transparência no trabalho realizado dentro da instituição.

DESENVOLVIMENTO

A gestão democrática está presente na Constituição Federal de 1988 e inserida na LDB nº9394/96. Ela propõe a participação de todos os segmentos nas decisões da escola e por isso é responsável por mudanças que acontecem por conta de ações de todos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Todos devem participar das tomadas de decisões pedagógicas, financeiras e nos processos de avaliação.

Um ponto fundamental é a relação interpessoal, pois onde esta relação é bem estruturada há uma ajuda mútua e coletiva por parte de todos os envolvidos. Essas relações são importantes não somente no trabalho, mas também na vida pessoal de cada ser humano. O ser humano precisa do outro para construir sua identidade, é através do outro que ele se constrói.

Assim sendo o ser humano vive em constante transformação, em constante aprendizado para que tudo a sua volta se realize. E baseado neste construir juntos que deve se pautar a gestão democrática, pois as pessoas ajudam nas decisões tomadas na escola.

O gestor deve conduzir o processo das relações entre comunidade-professores, alunos-professores e vice-versa em uma relação prazerosa, mantendo o equilíbrio entre estas relações. O diretor precisa ser motivador, idealizador, criativo, saber ouvir, procurando sempre ajudar e nunca desmotivar quem quer que seja.

O diretor precisa acreditar que o trabalho em grupo é bem melhor, principalmente dentro da escola, onde há muitas diferenças e o respeito deve ser a máxima. Quando se fala em gestão participativa, não quer dizer que todos fazem o que querem e como querem, é imprescindível a presença do diretor em todas as ocasiões.

Como se falou em relações interpessoais vale destacar que o gestor é o responsável pela harmonia e paz do ambiente escolar, é ele que conduz todo o processo, fazendo até que este processo se torne participativo.

A gestão democrática parte do pressuposto que todas as decisões sejam tomadas de maneira transparente, com ética, boa vontade e coerência e só assim será possível mudar o entorno da escola através das pessoas.

Onde há muitas pessoas existe o conflito e o gestor deve administrar estes conflitos da melhor maneira possível. Segundo URY, (200,p.25): “A cooperação não elimina o conflito, quanto mais pessoas dependem uma das outras, maior é a possibilidade de conflitos.” Ou seja, é necessário uma convivência harmoniosa.

O gestor democrático lança mão de sua opinião para acatar aquela que melhor convém, incentivando sempre o diálogo e a negociação de problemas encontrados, ele é o que medeia os conflitos e não o que põe fogo.

A escola só será um lugar de diálogo se houver a participação de todos nas decisões, sejam elas quais forem. É a participação de todos que garantirá uma educação diferenciada tanto em termos pedagógicos, quanto administrativo e financeiro. Se houver um Conselho de escola todos saem ganhando, pois é possível agir de forma crítica e isso será repassado aos alunos.

Todos os envolvidos na educação devem ter liderança, seja ela em sala de aula, seja ela no cargo de direção. Mas algumas perguntas devem ser feitas: O que é ser um bom gestor? Que qualidades ele deve possuir? Que limitações superar? Como liderar? Não existem respostas prontas para estas perguntas, mas é preciso se aperfeiçoar em relação à liderança democrática.

Na liderança democrática o gestor deve abrir mão de suas escolhas e opiniões e ser o elo entre escola, comunidade e alunos. Infelizmente ainda existem gestores que usam das ameaças ou da manipulação de pessoas para conseguirem algo. A postura do gestor é quem conduz a equipe, a comunidade e os alunos, seja para o sucesso ou para o fracasso. O gestor precisa fazer com que todos se sintam motivados, que todos participem e o mais importante fazer com que todos se sintam valorizados.

Ao gestor, realmente preocupado com os conflitos existentes na escola, compete estar alerta e resolver os confrontos no dia-a-dia, sendo sempre imparcial, para que a harmonia prevaleça.

Quanto a gestão democrática, ela deve ser desenvolvida a partir de ações participativas, onde se vê a necessidade de colaboração das pessoas envolvidas no processo administrativo e pedagógico nas tomadas de decisões, tendo

como referência o próprio diretor. Estas questões permitem a concretização de que é fundamental a participação de mestres e funcionários da escola,,pais, alunos e toda comunidade social e escolar.” (Cartilha de indicadores da qualidade da educação, 2004, p.31)

8

A gestão democrática abrange a criação e o fortalecimento do Conselho de Escola e a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico anualmente. Os Conselhos de escola amparam o Diretor nas tomadas de decisões e o Projeto Político Pedagógico norteia o trabalho a ser desenvolvido.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação dão suporte a criação do Conselho de Escola: “ II – Participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares equivalentes.” Assim sendo a escola precisa criar e fortalecer seus conselhos para ter autonomia nas decisões.

Segundo Luck (1998,p.23), os conselhos escolares precisam ter: regimento interno, elaboração, aprovação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico, garantia de participação efetiva e democrática da comunidade escolar, definição e aplicação de verbas e participação em outras instâncias democráticas.

É primordial que o conselho de escola contribua para uma educação de qualidade, assim sendo deve acompanhar o processo de ensino aprendizagem. Ele deve acompanhar as verbas que a escola recebe e qual seu destino. Tem função deliberativa porque ajuda a gestão e também consultiva, pois é convidado a dar sua opinião e decidir junto as soluções adequadas para melhoria da educação.

Como afirma Werle (2003,p.32)

O Conselho Escolar se relaciona com os princípios da igualdade, da liberdade e do pluralismo devido à sua composição por diferentes segmentos da comunidade escolar em regime de paridade, assegurando o direito de manifestação de diversos pontos de vista e de diferentes opiniões. Como órgão consultivo e deliberativo, o conselho deve tratar de problemas financeiros, administrativos e pedagógicos da

escola, contribuindo com propostas e projetos da escola, com vista a uma educação de qualidade.

Como seria bom se o gestor garantisse toda essa participação, partilhando, dialogando e possibilitando assim uma transformação da escola.

Outro fator importante para a gestão democrática é a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico. É um documento também garantido na Lei de diretrizes e Bases em seu artigo 12. Se o documento mais o conselho de escola se fizerem presentes na escola haverá a possibilidade de uma real construção da cidadania.

Para que de fato aconteça a criação do conselho de escola e a elaboração do PPP é necessário que se oriente as pessoas e que estas venham a ter uma mudança de mentalidade em relação a gestão escolar. Todos precisam acreditar na educação pública e não menosprezá-la como normalmente acontece. Todos devem ser agentes de mudanças dentro da escola.

Uma escola democrática garante o acesso e permanência do aluno na escola e uma educação de qualidade. Para FREIRE (2005,p.30) “a eficácia da educação está em seus limites.”

Os professores, os alunos e as famílias devem se sentir responsáveis pela construção do PPP, buscando detectar problemas e dar sugestões para que estes problemas sejam sanados. Como já nos dizia Paulo Freire (1992,p.174):

Tudo deve ser visível. Tudo deve ser explicado. O caráter pedagógico do ato de governar, sua missão formadora, exemplar, que demanda por si mesmo dos governantes, seriedade irrecusável. Não há governo que persista verdadeiro, legitimado, digno de fé, se seu discurso não é confirmado por sua prática, se apadrinha e favorece amigos, se bem duro apenas com os opositoristas e suave e ameno com os correligionários.

No entanto para participarem da gestão democrática os envolvidos precisam planejar, conhecer, ter valores e procedimentos adequados na

vivência da escola e do PPP. Todos devem trabalhar a fim de garantir o mesmo objetivo e atingir as mesmas metas. Todos devem ter disciplina.

Muito importante também na gestão democrática é a questão do currículo. Pensar este currículo pressupõe que ele seja vivo, ou seja, atenda as necessidades dos alunos e transforme o olhar deles sobre o mundo, tornando-os críticos e participativos, pois somente assim transformarão o meio em que estão inseridos para melhor.

É função do gestor fazer que todos participem e façam a diferença na vida de seus alunos, famílias e professores. Cuidar da burocracia diária não poder tomar todo o tempo do gestor. O foco principal deve ser a aprendizagem, pois a pessoa mais importante dentro da instituição é o aluno, é para ele que se deve gerenciar e fazer o melhor a cada dia.

Na Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira o foco de todo trabalho desenvolvido é a criança e o adolescente, eles são os atores principais da escola.

Ao assumir a vice-direção da escola foi tudo muito complicado, pois todos estavam acostumados com a gestão autoritária, ou seja, todas as decisões eram tomadas pela direção da escola. Os funcionários não se davam entre si e a indisciplina era enorme.

Como se falou no começo deste trabalho é imprescindível a relação interpessoal dos envolvidos e a primeira coisa que foi feito foram prover debates, diálogos e encontros entre os professores que eram pouco valorizados.

Sempre ouvindo e pedindo as sugestões destes profissionais. Após um ano de trabalho árduo, mas com resultados positivos, foi feita a eleição do conselho de escola, pois o que tinha só comparecia em reuniões para assinar a prestação de contas do FNDE. Hoje as reuniões são feitas mensalmente com os conselheiros onde é levantado todas as questões pertinentes, tanto pedagógicas quanto administrativa, ouvindo cada um e colocando a mão na massa.

Devido a mediação de conflitos feito pela direção a indisciplina melhorou. Quando há problemas todos são ouvidos tentando resolver da melhor maneira possível, garantindo que todos fiquem bem.

Portanto, acredita-se que a gestão democrática é a melhor forma de garantir a qualidade da educação, pois há resultados positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o processo de gestão democrática só é possível quando todos arregaçam as mangas e partem para os trabalhos. Quando o gestor abre as portas da escola é que se passa a ter a verdadeira autonomia, porém cabe ressaltar que autonomia não é fazer tudo que se quer a qualquer momento. Autonomia é desenvolver o trabalho pautado em leis que favoreçam a construção do saber.

É imprescindível que o gestor exerça sua influência para fortalecer o conselho de escola e assim elaborar o PPP.

O gestor deve ser imparcial, conviver bem com todos e garantir que os Conselhos escolares atuem de maneira conscientes.

A relação do gestor escolar com seus funcionários, estudantes, pais ou responsáveis e toda a comunidade escolar deve ser conduzida de forma prazerosa, uma vez que ela é referência para manter o equilíbrio, a motivação, sendo idealizador, motivador, dinâmico, criativo e amigo, buscando constantemente transformar a realidade através de uma integração coletiva, firmando assim, parceria entre a escola e com todos que de forma direta ou indireta buscam obter resultados satisfatórios.

Outro aspecto também presente em uma Gestão Democrática é a postura do gestor frente aos conflitos existentes na escola, uma vez que em todo lugar existem divergências. É fundamental que se tome a iniciativa de contribuir para a construção da boa convivência buscando um relacionamento harmonioso, seja ele, no local de trabalho, no lar, na escola ou em qualquer lugar que estejamos.

O bom líder democrático é aquele que pauta a sua gestão no diálogo e no respeito mútuo, uma vez que cada ser é único com pluralidade que devem ser respeitadas.

REFERÊNCIA

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/01/2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo, 2005 (Coleção Questão da Nossa Época).

Indicadores da Qualidade na Educação/Ação Educativa. Unicef, PNUD, Inep – MEC – São Paulo: Ação educativa, 2004

LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro, 1998

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes, **O papel político-pedagógico do diretor**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes, **As dimensões da autonomia**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/02/2013.

URY, Willian L. **Chegando a paz: resolvendo conflitos em casa, no trabalho e no dia a dia**. Disponível em: <http://mediacionenchile.blogspot.com/2007/11/biografia-de-willian-ury.html>

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro, 2003



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CELIMAR MUNIZ FIGUEIREDO DE MELO

BELO HORIZONTE, 2013



UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS (UFMG)

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão da Sala Projeto Vivencial do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Professora Regina Auxiliadora Barros de Souza.

CELIMAR MUNIZ FIGUEIREDO DE MELO

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1- FINALIDADES DA ESCOLA	06
2- PERFIL DA COMUNIDADE	06
3- PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	07
4- SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	08
4.1 – Objetivo	10
4.2 – Ações e Estratégias	10
4.3 – Avaliação	12
5 – CLIMA ESCOLAR	12
6- GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS	13
7 – OBJETIVOS	13
8- AÇÕES	14
8.1 – Dimensão 1 – Ambiente Educativo	14
8.2 – Dimensão 2 – Prática Pedagógica e avaliação	15
8.3 – Dimensão 3 – Gestão Escolar democrática	16
9- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	17

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira está localizada na zona leste, à Rua das Recordações, nº 580, Bairro Santo André, CEP 37704-042 Poços de Caldas, Minas Gerais, (35) 3697-5186. A diretora da escola é Cláudia Aparecida Braga de Oliveira e a Vice-diretora é Celimar Muniz Figueiredo de Melo. A entidade mantenedora é a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.

Atende crianças, jovens e adultos provindas dos bairros: Santa Emília, Santo André, Jardim Regina, Monte Verde, Monte Almo, Santa Lúcia e Jardim São Paulo. Oferece os seguintes cursos: Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e EJA, nos turnos diurno, vespertino e noturno.

A escola possui uma cantina, um refeitório, 02 banheiros para professores, sendo 01 masculino e 01 feminino, 06 banheiros femininos e 06 masculinos para os estudantes, 01 banheiro adaptado para os estudantes com deficiência física, 01 banheiro para as merendeiras e auxiliares de serviços gerais; 09 salas de aulas, 01 sala que atende o PMJ (Programa Municipal da Juventude), 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 sala de professores, 01 biblioteca, 01 sala de recursos multifuncionais, 01 sala de materiais adaptados da Sala de Recurso, 01 secretaria, 01 sala de supervisão, 01 sala de direção e 01 sala para arquivo morto, 01 quadra esportiva (descoberta) e 01 elevador. A escola possui infraestrutura adequada para atender a todos, não há pichações e nem depredações no espaço interno ou externo, visto que a escola passou por reforma em 2012.

Em 2013 a escola conta com 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 auxiliar de biblioteca, 02 auxiliares de serviços gerais, 02 supervisoras, 01 professora para Sala de Recurso Multifuncionais, 02 professoras em desvio de função trabalhando na secretaria, 12 professores do ensino fundamental I, sendo que 3 não possuem nível superior, somente o magistério e 12 professores do ensino fundamental II, todos com licenciatura em sua área de ensino e todos com Pós graduação, totalizando 31 funcionários. Ressalta-se que as 02 merendeiras da escola são da firma SHA (terceirizada pela Prefeitura). Segue

abaixo o quadro com a relação dos funcionários e suas respectivas funções e formação:

Dos estudantes atendidos na escola totaliza-se 15 (quinze) com Necessidades Educacionais Especiais, sendo 03 com deficiência física e intelectual, 03 com deficiência intelectual e 08 com altas habilidades.

Os estudantes com altas habilidades são atendidos no Centro para o Potencial e Talento (CEDET) e não na Sala de Recursos da unidade.

Todas as escolas têm objetivos que desejam alcançar, metas a serem cumpridas e ações a serem realizadas. Esse conjunto é o que dá forma e vida ao que chamamos de Projeto Político Pedagógico.

Projeto porque várias pessoas se reúnem e definem propostas para se executar durante um período de tempo.

Político porque a escola é um espaço onde se devem formar cidadãos conscientes, críticos e responsáveis para modificarem a sociedade onde estão inseridos.

Pedagógico porque define atividades e projetos necessários ao aprendizado dos estudantes.

No ano de 2011 a direção da escola mudou e com a mudança optou-se por elaborar um Projeto Político Pedagógico eficaz e que realmente fizesse a diferença nos resultados da aprendizagem dos estudantes. A direção e a supervisão elaboraram um questionário e enviaram aos responsáveis pelos estudantes onde deveriam detectar os pontos positivos e negativos que encontravam na instituição. O mesmo foi feito com os funcionários, educadores e estudantes. Após ter recebido este questionário, a direção e a supervisão fizeram a compilação dos dados e retornaram para todos os segmentos pedindo que sugerissem ações viáveis para que pudéssemos solucionar os problemas encontrados. Assim elaboramos nossas ações. A missão contida no Projeto Político Pedagógico é a mesma do plano de ação da direção ao candidatar-se e os objetivos gerais foram feitos a partir dos problemas detectados no questionário.

Assim que o Projeto Político Pedagógico ficou pronto cada professor recebeu o seu, a comunidade não teve acesso a ele. Todas as ações contidas nele são executadas, os projetos foram desenvolvidos em 2011 e em 2012, mas não foi possível realizar todos devido à reforma que a escola passou.

Após a implementação do Projeto houve significativas mudanças na disciplina, nas relações interpessoais, houve um progresso significativo no aprendizado, porém ainda há muito que ser feito, pois o IDEB da escola está muito baixo. No início deste ano de 2013 todos os respectivos segmentos da comunidade escolar se reuniram para reelaboração do Projeto Político Pedagógico e todas as ações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Escola.

O Projeto Político Pedagógico é uma importante ferramenta de planejamento e avaliação, onde todos os membros da equipe gestora e equipe pedagógica devem consultá-lo a cada tomada de decisão.

FINALIDADES DA ESCOLA

Nossa proposta está baseada na igualdade de condições para acesso e permanência na escola, sendo assim, nosso trabalho será ministrado levando em consideração a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito, a liberdade e apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação escolar; a gestão democrática; a garantia de padrão de qualidade de ensino e aprendizagem; a valorização extraescolar; a vinculação entre educação, o trabalho e as práticas sociais.

A escola será um espaço democrático para a construção dialógica, elemento decisivo de uma educação reflexiva, crítica e ativa, valorizando a diversidade e a individualidade, processando a transformação do mundo, e principalmente, para manter uma relação afetiva e humana no dia-a-dia.

PERFIL DA COMUNIDADE

Atualmente a escola atende crianças, jovens e adultos de classe média, média baixa e baixa dos bairros: Santo André, Santa Emília, Jardim Nova Aparecida, Monte Almo, Jardim Planalto II Vila Meneses, São João, Jardim Regina, Jardim Ypê e Monte Verde.

A grande maioria das mães são diaristas. Temos também vendedoras ambulantes, auxiliares de produção, costureiras, salgadeiras e donas de casa. Os pais têm como profissão: pedreiros, serventes de pedreiros,

moto taxista, auxiliar de produção, segurança, operador de máquinas, mecânicos, serralheiros, marceneiros, pintores e frentistas.

PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A escola através da Direção e Supervisão orientam o processo de ensino-aprendizagem mediante a necessidade individual de cada professor, priorizando sempre os estudantes. Acontecem reuniões a cada dois meses para planejamento onde são definidos os objetivos para alcançarmos as metas estabelecidas no início do ano. Os professores partem de uma reflexão de suas práticas, individualmente e no grupo.

No início de cada etapa de ensino é feito o conselho de classe. Do 1º ao 5º ano acontece individualmente com a especialista e direção e do 6º ao 9º ano coletivamente, professores, supervisão e direção. Tem como foco de discussão as dificuldades de aprendizagem e comportamentos e quais estratégias serão usadas para que a turma progrida.

Em sala de aula os professores propõem atividades que propiciem a aprendizagem significativa, de maneira que possam refletir sobre o ambiente em que vivem, mudando-as. Estimulam a curiosidade e o interesse dos estudantes, relacionando conteúdo com o ambiente em que estão inseridos. Usam e articulam técnicas variadas de ensino, incluindo tarefas, discussões e atividades individuais e/ou em grupos. Os recursos utilizados são: TV, DVD, Data show, retroprojeter, revistas, jornais, livros didáticos e de literatura, almanaques, enciclopédias entre outros. Todos estes materiais são de fácil acesso do professor.

Para que a prática seja realmente efetiva, além do currículo proposto pelo município, no qual constam os descritores para que se possa atingir as habilidades e capacidades dos estudantes em determinado período, realizamos durante o ano alguns projetos, entre eles:

- Era uma Vez;
- Adolescer;
- Sexta-feira Legal;
- “Eu estudo, Tu estudas.”;
- Dia da Consciência Negra;

- Chá Geográfico;
- Chá com Letras;
- Feira do conhecimento;
- Apoio Pedagógico (Lado a Lado);
- Chá filosófico.

A avaliação constitui-se para a escola um grande desafio. Procura-se avaliar o estudante em sua totalidade, sempre respeitando seu progresso e seu tempo de aprendizado. É elemento central na prática pedagógica, pois é através dela que é feito o planejamento para a próxima etapa, favorecendo a construção do conhecimento. Ela é processual porque avalia-se o processo como um todo, reflexiva porque leva-nos a refletir sobre os problemas a serem solucionados durante o processo para que se garanta a qualidade do ensino-aprendizagem.

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O acesso à educação, em qualquer nível, é um direito humano inquestionável; onde todas as pessoas com ou sem deficiência têm o direito de frequentar a educação escolar em qualquer um de seus níveis.

Nesse sentido, a Escola Municipal Professor Antônio Sérgio Teixeira acredita na inclusão como uma ação política, cultural, social e pedagógica que luta pelos direitos humanos criando alternativas para a superação das práticas discriminatórias, por isso valoriza a diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional e tem como primeiro objetivo, possibilitar o desenvolvimento e a aprendizagem de TODOS. Assim, matricula público-alvo da educação especial nas salas regulares de ensino, no educacenso e conseqüentemente na sala de recursos multifuncionais existentes na escola.

Desde 1854, o Brasil vem tratando de questões referentes à educação especial, onde foram criadas várias leis, decretos e pareceres que regulamentam a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado como: a Constituição Federal de 1988; a LDBEN – Lei nº 9.394/96, o parecer do CNE/CEB nº 17/01, a Resolução CNE/CEB nº2 de 11 de setembro de 2001, a Lei nº 10.436/02; o Decreto nº 5.626 de 22 de

dezembro de 2005; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008; o Decreto nº 6.571/2008 e a Resolução CNE/CEB nº 4/09 que considera o público-alvo do AEE:

I- Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

A Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço físico localizado na escola pública de educação básica; nele se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE. É dotada de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos estudantes, em turno contrário ao que frequentam a escola comum. É um espaço da escola, sendo de responsabilidade do diretor e da comunidade escolar a conservação, a organização e a administração do mesmo.

“Sala de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias, aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar”.
(BRASIL,2006,p.13)

Em nossa Escola a Sala de Recursos Multifuncionais funciona todos os dias no período da manhã (7h às 11h) e no período da tarde (13h 20min às 17h 20min) uma vez por semana, ou quando necessário; a professora da SRM

comparece no período da noite (EJA) para oferecer suporte à professora que atende estudantes público-alvo da educação especial. Também acontece o atendimento das crianças matriculadas nos Centros de educação Infantil, uma vez por semana ou quando necessário.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entende-se por Atendimento Educacional Especializado as adaptações dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que viabilizem a plena participação e desenvolvimento dos estudantes de acordo com suas especificidades, ou seja, identifica, elabora, cria e disponibiliza oportunidades para a garantia da autonomia e independência do estudante da escola e fora dela.

De acordo com Fávero (2007 p.29) “O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência.”

A Sala de Recursos Multifuncionais pode ser definida como um ambiente que oferece serviços de natureza pedagógica, conduzido pela professora Tatianny Mára Luiz de Mello (PI), concursada nos dois períodos, com especialização em Educação Especial, Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado que realiza o atendimento educacional especializado (AEE) no contra turno, para os estudantes público-alvo da educação especial e estudantes com dificuldades de aprendizagem acentuadas em nossa unidade, a qual ainda não oferece acessibilidade arquitetônica.

Mantoan (2010) destaca que o “o professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos estudantes, provendo recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum.”

1 – Objetivo

Desenvolver atendimento educacional especializado, tendo como objetivo principal atender as necessidades educativas especiais relacionadas às habilidades cognitivas, motora, emocional, social e outras que se interrelacionam com o processo educativo para que os estudantes possam progredir na sua formação pessoal e na garantia de ser cidadão competente, com conhecimento, sabedoria, autonomia e independência.

2- Ações / Estratégias

11

Dentre as funções / atribuições da professora da SRM, estão:

- 1- Realizar um trabalho de parceria e uma relação harmoniosa com toda equipe escolar compreendendo que uma escola de qualidade faz a diferença quando tem como prioridade o bem estar e a aprendizagem dos estudantes,
- 2- Participar de reuniões pedagógicas, de planejamento, conselhos de classe, elaboração do Projeto Político Pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com a equipe escolar visando à promoção da inclusão escolar,
- 3- Acompanhar o planejamento do professor da sala comum, atuando de forma colaborativa para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam a plena participação do estudante com NEE em todas as atividades acadêmicas, extraclasse e sua interação com o grupo,
- 4- Realizar intervenções com os estudantes que tem NEE, auxiliando o trabalho do professor na busca de alternativas eficientes para que os estudantes com NEE sejam beneficiados com o mesmo currículo,
- 5- Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do estudante, contemplando: habilidades e NEE, definição e organização de estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, o tipo de atendimento e o cronograma do mesmo,
- 6- Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala comum e nos demais ambientes da escola;
- 7- Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as NEE dos estudantes e os objetivos propostos no currículo,
- 8- Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação,
- 9- Acompanhar juntamente com a equipe escolar as ações envolvidas no Projeto Político Pedagógico para que este realmente constitua um caminho de ação e reflexão,
- 10- Avaliar sempre os resultados das alternativas propostas e do trabalho desenvolvido,
- 11- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais existentes em nossa cidade,

Cada estudante possui um Plano de Atendimento Educacional Especializado, onde consta a deficiência, a identificação das necessidades educacionais específicas de cada um, a definição dos objetivos, os recursos necessários e as atividades com os mesmos; e um Plano de Desenvolvimento do Aluno (PDA) elaborado conjuntamente pela especialista, professores e professora da SRM, que ressalta todo histórico de vida pessoal e escolar do estudante.

3- AVALIAÇÃO

A avaliação acontece durante os atendimentos através de observações e registros dos progressos dos estudantes. Também são realizadas reuniões semanais e/ou quinzenais com os professores dos estudantes. Também são realizadas reuniões semanais e/ou quinzenais com os professores para avaliação tanto das estratégias desenvolvidas como da aplicabilidade das mesmas e sua relação com o desempenho dos estudantes.

Com base nos documentos da Organização Mundial da Saúde, os serviços da educação especial são de fundamental apoio ao ensino regular para que não se transforme a deficiência em uma incapacidade.

Assim, acreditamos que o AEE é um recurso ímpar e imprescindível para o pleno desenvolvimento do estudante com NEE, uma vez que aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo SUJEITO da aprendizagem, independente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada.

CLIMA ESCOLAR

O clima escolar entre todos os segmentos da escola é harmonioso, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. No contato com pais e estudantes a equipe expressa confiança na capacidade de aprendizagem, independentemente de etnia, classe social ou outras características pessoais. A direção e supervisão mantêm o ensino-aprendizagem como centro do diálogo entre professores, estudantes e família, além de que o respeito é a base para toda e qualquer relação social.

O código de conduta da escola é apresentado à família, aos estudantes e aos professores todo início de ano. As normas são aplicadas a todos de acordo com o Regimento Escolar.

13

GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS

A direção tem claramente definidas as suas funções e atribuições de todo pessoal da escola, monitora e avalia as atividades desenvolvidas por todos.

A escola dispõe de um Conselho de Escola, que são representados por todos os segmentos da comunidade escolar, com funções e atribuições específicas. As reuniões deste Conselho são mensais, agendadas com antecedência em horários em que a maioria possa participar. Nestas reuniões são discutidos assuntos relacionados a prestação de contas do Caixa Escolar, tais como aplicação de verbas recebidas do governo, empresas, festas e contribuição espontânea, avaliação e reelaboração do Projeto Político. Após a realização da reunião do Conselho a prestação de contas é afixada em lugar visível a todas as pessoas.

A direção da escola, juntamente com o Conselho de Escola, procura conscientizar a comunidade que a democracia começa com o reconhecimento dos direitos, mas consolida-se com a realização dos deveres.

Em relação aos professores procura-se deixar claro que uma educação democrática pressupõe que o docente organize suas aulas a partir de situações que desafiem os estudantes, utilizando como objetos de ensino os problemas que eles trazem para a sala de aula.

Sabemos que a relação escola/família é de suma importância, sendo assim, sempre que necessário solicitamos a presença da família na escola, procurando orientá-las. Acreditamos que a parceria entre direção, escola e família é de suma importância para que os resultados sejam satisfatórios.

OBJETIVOS

1- Criar um ambiente em que se valorize a identidade cultural e as experiências de todos os segmentos da comunidade escolar para facilitar as interações sociais e promover o respeito e a tolerância mútua;

- 2- Atuar democraticamente assumindo um papel de dirigente/educador e líder da escola;
- 3- Respeitar as individualidades de cada estudante;
- 4- Definir, através de estudos, um sistema de avaliação de aprendizagem adequada às novas formas de organização do trabalho escolar, rompendo com estereótipos da avaliação que reprova, pune e exclui;
- 5- Preparar os educadores para a avaliação da formação humana;
- 6- Proporcionar aos educadores momentos de estudos sobre: avaliação, disciplina e outros assuntos relacionados à prática pedagógica;
- 7- Conscientizar a comunidade da importância da conservação do patrimônio público;
- 8- Revisar a função e o sentido social da escola, unida a uma missão política, educativa, curricular e de conhecimento;
- 9- Analisar o significado de igualdade de direitos e deveres na escola;
- 10- Valorizar o diálogo e o fortalecimento da articulação e parceria entre direção, equipe docente, funcionários, responsáveis dos estudantes e estudantes.

AÇÕES

Dimensão 1 – Ambiente educativo

Nossas metas para um ambiente educativo favorável ao aprendizado são:

- Conscientizar a família sobre o trabalho dos docentes e demais funcionários da escola.
- Fazer com que toda comunidade escolar conheça o Regimento da escola.
- Garantir que todos os estudantes participem da elaboração das regras de convivência na escola.
- Garantir que sejam punidos todos (estudantes, professores, direção, supervisão e funcionários) se descumprirem o Regimento Escolar.
- Realizar palestras com estudantes, professores e famílias sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Para que estas metas sejam cumpridas realizar-se-á as seguintes ações de fevereiro a dezembro do corrente ano:

- Na 1º reunião do ano, apresentar à família o corpo docente e demais funcionários da escola e suas respectivas funções.
- Nas aulas de Ensino Religioso a professora trabalhará o Regimento com os estudantes. O mesmo será enviado para a família.
- Cada professor responsável pela turma elaborará as regras de convivência com os estudantes e esta será afixada na sala de aula.
- Mediante a autoavaliação de estudantes e professores e seguindo o Regimento Escolar far-se-á a punição adequada para suas atitudes.
- Convidar o Conselho Tutelar para palestra na escola sobre o ECA.

15

Dimensão 2- Prática Pedagógica e avaliação

No decorrer do ano todas as ações devem estar voltadas para o aprendizado dos estudantes, para tanto é necessário que aja uma prática efetiva e que a avaliação respeite a individualidade de cada um, observando sempre seus sucessos e fracassos. Para que a isso aconteça as metas são:

- Garantir que todos conheçam o Projeto Político Pedagógico.
- Garantir que todos professores da escola conheçam a LDB.
- Promover momentos para trocas de experiências entre os professores.
- Respeitar e valorizar a individualidade de cada estudante.
- Garantir que os estudantes façam sua autoavaliação por etapa.
- Garantir a presença dos professores nas reuniões com as famílias dos estudantes.
- Formalizar avaliação anual dos professores dentro da unidade de ensino
- Garantir o sucesso de ensino-aprendizagem dos estudantes no decorrer do processo.

As ações para atingirmos as metas são:

- Enviar às famílias a cópia do Projeto Político Pedagógico.
- Nas reuniões de estudo estudar a LDB. Dar uma cópia para cada professor.
- Reservar 30 minutos nos dias de “Eu estudo Tu Estudas para trocar experiências e avaliar o Projeto Político Pedagógico.

- Juntamente com a Supervisão fazer avaliações diagnósticas para avaliar o desempenho dos estudantes em um todo e não somente “nota”.
- Ao final de cada etapa solicitar que os estudantes façam uma autoavaliação preparada pela equipe com antecedência.
- Fazer as reuniões com a família na 1º aula sem a presença dos estudantes, garantindo assim que professores e famílias possam ter um contato maior. Os estudantes entrarão na 2º aula.
- Ao final do ano letivo fazer a avaliação anual com todos os professores e funcionários da escola.
- Ao final da 2º e 4º etapa far-se-á recuperação com estudantes que não obtiveram a pontuação mínima exigida e/ou com aqueles que tiverem com dificuldade.

Dimensão 3- Gestão Escolar democrática

Não é possível que a educação seja de qualidade se não houver uma gestão democrática, onde haja a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, através do Conselho de Escola, para alcançarmos esta excelência nossas metas são:

- Capacitar os membros do Conselho de Escola para que atuem de maneira ativa na tomada de decisões.
- Garantir que os resultados referentes à escola sejam conhecidos por todos.
- Divulgar as principais informações relacionadas às atividades da escola.
- Promover reuniões mais dinâmicas com a família.

As ações para se atingir estas metas são:

- Nas reuniões mensais fazer pequenos momentos de estudo sobre suas funções e atribuições como membros do conselho.
- Afixar em um mural visível a todos os resultados obtidos através das avaliações externas. Apresentar também à família em reuniões promovidas pela escola.
- Fazer um mural na escola visível a todos para divulgação de festas, prestação de contas, entre outros.
- Nas reuniões bimestrais mostrar trabalhos realizados pelos estudantes e preparar pequenas apresentações para a família.

Ressalta-se que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem são responsáveis pelas ações propostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/01/2013

NAVARRO, Ignez Pinto. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol.5. p. 49-51. 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **O papel político-pedagógico do diretor**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/01/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **Função social da educação e da escola**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15/12/2012

OLIVEIRA, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **Principais teorias administrativas e suas características e enfoques**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/Ufmg> . Acesso em 06/11/2012.

OLIVEIRA, João Ferreira de; **MORAES**, Karine Nunes de; **DOURADO**, Luiz Fernandes, **As dimensões da autonomia**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 17/02/2013.